

## Decreto Legislativo nº , de 2023

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 62, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

Nº xxx, de 2023.

#### O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Ficam sem efeitos os artigos 1º e 5º da Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, desde a sua edição até a perda de sua eficácia, conforme artigo 62, §3º, da Constituição Federal, de 1988.

§1º Os julgamentos realizados no período em que esteve em vigor a Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, cujos resultados foram proferidos de forma desfavorável aos contribuintes com a aplicação dos artigos 1º e 5º da referida Medida Provisória, serão automaticamente anulados, devendo os respectivos processos administrativos ser reincluídos em pauta para realização de novo julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, respeitando-se a paridade prevista no inciso II, do artigo 25, do Decreto-Lei nº 70.235, de 6 de março de 1972.

§2º O disposto no *caput* e no §1º deste artigo aplica-se aos créditos tributários constituídos em processos administrativos definitivamente encerrados durante a vigência da Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, inclusive na hipótese de serem objeto de discussão na esfera judicial.

§3º Nos casos previstos no §2º, não haverá condenação do contribuinte ao pagamento de honorários de sucumbência ou dos encargos legais previstos no Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2º Fica sem efeitos o artigo 4º da Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, desde a sua vigência até a perda de sua eficácia.

§1º Nos processos julgados definitivamente com a aplicação do artigo 4º da Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, durante a sua vigência, será assegurado ao contribuinte o direito de interpor recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

§2º Nos casos previstos pelo §1º deste artigo, o prazo processual para a interposição de recurso terá início com a da publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, assegurando efeitos durante a vigência da Medida Provisória nº 1160, de 12 de janeiro de 2023, apenas ao disposto nos artigos 2º e 3º.

## JUSTIFICAÇÃO

Após anos de debates sobre as causas e consequências da alta litigiosidade em matéria tributária no Brasil, em 2020 foi publicada a Lei nº 13.988/2020, que, além de disciplinar a transação tributária em âmbito federal, incluiu o artigo 19-E na Lei nº 10.522/02 para revogar a sistemática do voto de qualidade então vigente e estabelecer como critério de desempate em julgamentos no CARF a resolução do processo favoravelmente ao contribuinte.

Passados quase 3 anos da mudança legislativa, em 12 de janeiro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.160, que, na contramão da decisão tomada pelo Congresso Nacional, previu a retomada do voto de qualidade como critério de desempate nos julgamentos proferidos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (artigos 1º e 5º).

A MP também previu a majoração do valor de alçada para acesso do contribuinte ao CARF, fixando em 1.000 salários mínimos (o equivalente a aproximadamente R\$1,3 milhão em 2023) a quantia mínima dos créditos tributários passíveis de recurso voluntário ao CARF (artigo 4º).

Com a manutenção regular das atividades de julgamento exercidas pelas Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a partir de janeiro de 2023 milhares de impugnações, recursos voluntários e recursos especiais foram julgados com fundamento nas regras estabelecidas pelos artigos 1º, 4º e 5º da Medida Provisória.

Em 1º de junho de 2023, contudo, foi encerrado o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.160/23, sem a sua apreciação pelo Congresso Nacional, corroborando a opção do Poder Legislativo pelas regras definidas na Lei nº 13.988/2020.

Com a perda de eficácia da Medida Provisória, cabe ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 62, §3º, da Constituição Federal, disciplinar as relações jurídicas reguladas pela MP e, no exercício dessa competência, anular os efeitos produzidos pela norma para garantir a observância à isonomia e à segurança jurídica.

Isso porque, com a perda de eficácia da Medida Provisória, os julgamentos em que houver empate no CARF voltarão a ser resolvidos com a aplicação do artigo 19-E da Lei nº 10.522/02. Ademais, a interposição de recurso voluntário voltou a ser cabível em processos envolvendo débitos superiores a 60 salários mínimos, quantia significativamente inferior àquela prevista pela MP.

Assim, na ausência de norma que discipline as relações jurídicas ocorridas entre 12/01/2023 e 01/06/2023, apenas os contribuintes cujos processos tenham sido pautados nos breves meses de vigência da Medida Provisória estarão submetidos às efêmeras regras estabelecidas pela MP - não canceladas, repise-se, pelo Congresso Nacional.

Nesse cenário, contribuintes em situações fáticas equivalentes, por exemplo aqueles que discutam a mesma matéria e tenham seus processos distribuídos à mesma turma no CARF, poderão ter desfechos diferentes em seus processos administrativos exclusivamente em razão do momento em que ocorrido o julgamento, ou seja, se durante a vigência da Medida Provisória nº 1.160/23 ou se após o seu encerramento.

A concessão de tratamento diferenciado entre os jurisdicionados apenas é autorizada quando verificados os seguintes critérios:

- “a) que a desequiparação não atinja de modo atual e absoluto, um só indivíduo;
- b) que as situações ou pessoas desequiparadas pela regra de direito sejam efetivamente distintas entre si, vale dizer, possuam características, traços, nelas residentes, diferenciados;
- c) que exista, em abstrato, uma correlação lógica entre os fatores diferenciais existentes e a distinção de regime jurídico em função deles, estabelecida pela norma jurídica;
- d) que, in concreto, o vínculo de correlação supra-referido seja pertinente em função dos interesses constitucionalmente protegidos, isto é, resulte em diferenciação de tratamento jurídico fundada em razão valiosa – ao lume do texto constitucional – para o bem público.”<sup>1</sup>

Caso não seja aprovado o Decreto Legislativo para disciplinar as relações submetidas aos efeitos da MP nº 1.160/23, os contribuintes terão tratamentos diferentes tão somente em razão da data de julgamento de sua impugnação, recurso voluntário, ou recurso especial (se entre 12/01/2023 e 01/06/2023, ou se a partir de 02/06/2023), *discrímen* evidentemente inadequado.

---

<sup>1</sup> DE MELLO, Celso Antonio Bandeira. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*, Ed. Malheiros: São Paulo, p. 41.

Nesse contexto, a coexistência de tratamentos diversos a contribuintes em situações equiparáveis, imposta por norma precária e contrária ao posicionamento manifestado em 2020 pelo Congresso Nacional, representaria grave violação à isonomia e à segurança jurídica, motivo pelo qual se propõe a edição do presente Decreto Legislativo para, disciplinando as relações jurídicas decorrentes dos efeitos da MP, assegurar a observância aos artigos 5º, 6º e 150, II, da Constituição Federal.

Com essa finalidade, a norma proposta garante que os julgamentos com empate no âmbito do CARF sejam resolvidos conforme o artigo 19-E da Lei nº 10.522/02, inclusive nas hipóteses em que créditos tributários constituídos definitivamente durante a vigência da MP sejam objeto de discussão na esfera judicial, sendo afastado o risco de condenação ao pagamento de honorários de sucumbência e dos encargos legais previstos no Decreto-lei nº 1.025/69.

Desta forma, para fins de observância dos princípios constitucionais da Isonomia e Segurança Jurídica, bem como da regra de paridade prevista no Decreto-Lei nº 70.235, de 6 de março de 1972, propõe-se a anulação dos julgamentos realizados e decididos por voto de qualidade de forma desfavorável ao contribuinte, com a aplicação dos artigos 1º e 5º da Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, para que os processos administrativos sejam reincluídos em pauta de julgamento de Turmas com efetiva composição paritária, não se aplicando os artigos 54 e 57, I, do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 343, de 9 de junho de 2015, que autorizam a realização de julgamento com quórum mínimo regimental.

Com relação ao teto previsto pelo artigo 4º da Medida Provisória para a interposição de recursos voluntários, o Decreto Legislativo assegura que os acórdãos desfavoráveis aos contribuintes proferidos pela DRJ em processos com valor entre 60 e 1.000 salários mínimos sejam passíveis de recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, independentemente da data em que proferidas as referidas decisões.